

# Sumário

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>5</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>7</b>
<b>Nota do Autor .....</b>	<b>11</b>
<b>1. O Desenvolvimento da Internet .....</b>	<b>21</b>
<b>2. Agentes da Internet .....</b>	<b>25</b>
2.1. Provedor .....	25
2.2. Site .....	28
2.3. Usuário .....	30
<b>3. Peculiaridades na Operacionalização da Internet .....</b>	<b>33</b>
3.1. Captação de dados – <i>cookie</i> .....	34
3.2. Banco de dados – <i>mailing list</i> .....	36
3.3. Mensagem não solicitada – <i>spam</i> .....	38
3.3.1. <i>Marketing</i> eletrônico .....	43
3.3.2. Proteção e repressão .....	45
3.3.3. Custos e implicações para as empresas – diminuição da capacidade laboral .....	50
3.3.3.1. Problemas para os provedores de acesso .....	54
3.4. Os prejuízos decorrentes de práticas ilícitas .....	56

3.4.1. A pirataria de <i>software</i> .....	59
3.4.2. A clonagem de cartão de crédito.....	61
3.4.3. A invasão de servidores.....	63
<b>4. Privacidade na Internet.....</b>	<b>67</b>
4.1. Privacidade.....	67
4.2. Sigilo da correspondência, da comunicação e dos dados.....	70
4.3. Liberdade de expressão.....	71
4.4. Violação da privacidade.....	72
4.4.1. Conflito e harmonização de direitos fundamentais.....	75
4.4.2. Proteção da privacidade.....	81
4.4.2.1. União Europeia.....	81
4.4.2.2. Estados Unidos.....	82
4.4.2.3. Brasil.....	84
<b>5. Monitoramento de <i>E-mail</i>.....</b>	<b>87</b>
5.1. Direitos do empregado e direitos do empregador.....	87
5.2. Conciliação de interesses entre empresas e empregados.....	92
<b>6. Jogos Digitais.....</b>	<b>97</b>
6.1. Panorama geral.....	97
6.2. Caso <i>Second Life</i> .....	98
6.3. Os problemas jurídicos.....	99
<b>7. Documento Eletrônico e Prova Eletrônica.....</b>	<b>105</b>
7.1. Conceito de documento eletrônico.....	105
7.2. Legislação aplicável.....	106
7.3. Prova eletrônica; admissibilidade do documento eletrônico e das reproduções mecânicas e digitalizadas.....	107
7.4. Ata notarial.....	108
7.5. Assinatura digital e certificação eletrônica.....	109
<b>8. Contratação Eletrônica.....</b>	<b>115</b>
8.1. Contrato.....	115
8.1.1. Contrato eletrônico.....	118
8.1.1.1. Função social do contrato.....	122
8.1.1.2. Contrato de adesão.....	124
<b>9. Comércio Eletrônico.....</b>	<b>127</b>
9.1. Crescimento do <i>e-commerce</i> .....	130

9.2.	Aplicação do Código Civil.....	132
9.2.1.	Formação do contrato em ambiente virtual.....	137
9.3.	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor.....	141
9.3.1.	Direito de arrependimento.....	148
<b>10.</b>	<b>Estabelecimento Virtual.....</b>	<b>155</b>
10.1.	Trespasse.....	161
10.2.	Proteção do ponto virtual.....	162
<b>11.</b>	<b>Comércio Eletrônico Internacional.....</b>	<b>165</b>
11.1.	Desenvolvimento do comércio internacional.....	165
11.2.	Regulamentação internacional do comércio eletrônico.....	166
11.3.	Contratos internacionais de consumo à luz da legislação brasileira.....	167
11.4.	Arbitragem.....	170
11.5.	Autorregulamentação.....	172
<b>12.</b>	<b>Responsabilidade Civil na Internet.....</b>	<b>175</b>
12.1.	Responsabilidade civil.....	175
12.2.	Responsabilidade contratual.....	177
12.2.1.	Perdas e danos.....	178
12.2.1.1.	Dano emergente.....	179
12.2.1.2.	Lucro cessante.....	180
12.2.1.3.	Dano moral.....	181
12.2.2.	Responsabilidade contratual e internet.....	182
12.3.	Responsabilidade extracontratual.....	183
12.3.1.	Responsabilidade subjetiva.....	184
12.3.2.	Responsabilidade objetiva.....	185
12.3.3.	Reparação do dano.....	188
12.3.4.	O problema da responsabilidade extracontratual na internet.....	189
12.4.	Responsabilidade do provedor.....	191
12.4.1.	Responsabilidade do provedor de conteúdo pela hospedagem de informações.....	193
12.4.2.	Responsabilidade do provedor de acesso pelo <i>spam</i> .....	197
12.4.2.1.	Não responsabilização.....	201
12.4.2.2.	Responsabilização objetiva.....	203
12.4.2.3.	Responsabilização subjetiva.....	207
12.4.2.4.	Possíveis excludentes de responsabilidade.....	209
12.5.	Responsabilidade da empresa por ato do empregado.....	212

<b>13. Conflito entre Nomes de Domínio .....</b>	<b>217</b>
13.1. Nome do domínio .....	217
13.2. Registro de nome de domínio.....	218
13.3. Marca.....	219
13.3.1. Conflito entre marca e domínio .....	219
13.4. Nome empresarial .....	220
13.4.1. Conflito entre nome empresarial e domínio .....	221
13.5. Título de estabelecimento e nome fantasia .....	221
13.5.1. Conflito entre título de estabelecimento e domínio .....	221
13.6. Solução dos conflitos por domínio .....	222
13.7. Jurisprudência .....	223
<b>14. Tributação na Internet.....</b>	<b>227</b>
14.1. Introdução .....	227
14.2. Comércio eletrônico próprio e impróprio .....	228
14.3. Análise da incidência de tributos no comércio eletrônico .....	229
14.4. Incidência do ICMS.....	229
14.5. Tributação de <i>sites</i> buscadores, intermediadores, caucionadores e vendedores informais na internet (ICMS e ISS) .....	235
14.6. Tributação de <i>software</i> .....	240
14.7. <i>E-books</i> : imunidade tributária e a comunicação jornalística e de natureza editorial via internet .....	240
14.8. Tributação dos provedores de internet .....	243
14.8.1. Conceito de provedor de acesso e provedor de conteúdo.....	244
14.8.2. O ICMS e o serviço de comunicação .....	245
14.8.2.1. Conceito de serviço de comunicação e de telecomunicação .....	247
14.8.2.2. Conceito de serviço de telecomunicação e de valor adicionado.....	250
14.8.2.3. Posição doutrinária .....	253
14.8.2.4. Posição da jurisprudência.....	255
14.8.3. O ISS e a prestação de serviços de acesso à internet .....	256
14.8.3.1. Princípios do Direito Tributário .....	257
14.8.3.2. Posição doutrinária .....	259
14.8.4. A integração do Direito Tributário com o Direito Privado.....	261
14.8.5. Posição do fisco.....	264
14.8.6. Tributação do provedor de acesso não remunerado (gratuito) .....	267
14.8.7. Apontamentos finais .....	267
<b>15. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.....</b>	<b>271</b>
15.1. Introdução .....	271

15.2. ECD – Escrituração Contábil Digital .....	274
15.3. EFD – Escrituração Fiscal Digital .....	274
15.3.1. EFD-Contribuições – Escrituração Fiscal Digital do PIS/PASEP e da COFINS.....	275
15.4. NF-e – Nota Fiscal Eletrônica (ambiente nacional) .....	275
15.4.1. DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica .....	276
15.5. NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (ambiente nacional) .....	276
15.6. CT-e – Conhecimento de Transporte eletrônico (ambiente nacional) .....	277
15.7. FCONT – Controle Fiscal Contábil de Transição .....	278
15.8. CB – Central de Balanços.....	278
15.9. E-LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico .....	278
15.10. Apontamentos finais.....	278
<b>16. Notas Fiscais Eletrônicas Estaduais e Municipais.....</b>	<b>281</b>
16.1. Introdução .....	281
16.2. Notas fiscais estaduais .....	281
16.3. Notas fiscais municipais.....	283
<b>17. Crimes de Informática .....</b>	<b>285</b>
17.1. Histórico .....	285
17.2. As várias denominações .....	287
17.3. Conceito .....	287
17.4. Classificação.....	289
17.5. Crimes que podem ser praticados na internet.....	290
17.5.1. Crimes contra o patrimônio em geral.....	290
17.5.2. Fraudes em geral.....	292
17.5.3. Crimes contra a honra.....	292
17.5.4. Racismo.....	293
17.5.5. Interceptação de correspondência.....	293
17.5.6. Violação de direitos autorais.....	293
17.5.7. Crimes de maior repercussão .....	294
17.5.7.1. Pornografia infantil.....	294
17.5.7.2. Pirataria de <i>software</i> .....	295
17.5.7.3. Clonagem/falsificação de cartão de crédito e débito.....	296
17.5.7.4. Invasão de dispositivo informático (servidores, computadores, celulares) .....	297
17.5.7.5. Interrupção de serviço informático/telemático.....	299
17.6. Criminosos (sujeitos ativos).....	299
17.6.1. <i>Hackers</i> e <i>crackers</i> .....	300

17.6.2. <i>Insiders</i> .....	301
17.6.3. <i>Lammers</i> .....	302
17.6.4. <i>Phreakers</i> .....	302
17.6.5. <i>Spammers</i> .....	302
17.6.6. <i>Hackers</i> famosos e consultores em segurança.....	303
17.6.7. Caso WikiLeaks.....	305
17.6.7.1. “Hacktivistas” – <i>Anonymous</i> .....	306
17.7. Vítimas (sujeitos passivos).....	309
17.8. Formas de ataque e contaminação.....	310
17.8.1. Vírus.....	310
17.8.2. <i>Trojans</i> .....	310
17.8.3. <i>Worms</i> .....	311
17.9. Local do crime e jurisdição para julgá-lo.....	311
17.10. Responsabilidade do provedor.....	312
17.11. Legislação e projetos de lei.....	313
17.12. Ações de combate aos crimes de informática.....	314
17.12.1. Convenção de Budapeste sobre <i>cybercrimes</i> .....	316
17.12.2. Ações policiais.....	317
17.12.2.1. Delegacia de Polícia especializada.....	318
17.13. Principais problemas da criminalidade informática.....	320
17.14. Direito comparado.....	322
17.14.1. Estados Unidos.....	322
17.14.2. Itália.....	323
17.14.3. Portugal.....	323
17.14.4. Inglaterra.....	324
17.14.5. Alemanha.....	324
17.14.6. China.....	324
17.14.7. Canadá.....	324
17.14.8. Argentina.....	324
<b>18. Processo Eletrônico – Informatização do Processo Judicial.....</b>	<b>327</b>
18.1. Introdução.....	327
18.2. Precedentes legislativos sobre a informatização do processo judicial.....	327
18.3. Apontamentos sobre a Lei n. 11.419/2006.....	330
18.3.1. Fóruns digitais.....	331
18.3.2. Formas de identificação.....	332
18.3.2.1. Assinaturas eletrônicas.....	332
18.3.2.2. Obrigatoriedade de credenciamento junto ao Poder Judiciário.....	334

18.3.3. Horário de protocolo.....	335
18.3.4. Atos assinados eletronicamente.....	336
18.3.5. Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	336
18.3.5.1. Citação, intimação e notificação eletrônicas.....	336
18.3.5.1.1. Citação por meio eletrônico.....	337
18.3.5.2. Diário da Justiça eletrônico.....	338
18.3.5.3. Data de publicação e contagem de prazo.....	339
18.3.5.3.1. Contagem de prazo no caso de indisponibilidade do sistema.....	340
18.3.5.4. Intimação por consulta a “site” de tribunal.....	341
18.3.6. Cartas precatórias, rogatórias, de ordem e comunicação entre órgãos do Poder Judiciário.....	344
18.3.7. Distribuição e protocolo.....	345
18.3.7.1. Tamanho das petições.....	346
18.3.8. Documento eletrônico e documento original.....	346
18.3.8.1. Força probante do documento eletrônico.....	348
18.3.8.2. Inviabilidade de digitalização de documentos.....	348
18.3.9. Acesso aos autos.....	349
18.3.10. Padronização dos sistemas.....	350
18.3.10.1. Diversidade de sistemas: PROJUDI, e-DOC, e-PROC, e-STF, e-STJ.....	351
18.3.11. Regulamentação pelos órgãos do Poder Judiciário.....	352
18.3.11.1. Prazo para regulamentação da lei junto aos tribunais.....	354
18.4. Informatização do Poder Judiciário e de outros órgãos.....	355
18.4.1. Informatização e modernização na ordem inversa.....	356
18.5. Diminuição da morosidade do Poder Judiciário.....	357
18.6. Vantagens com a implantação do processo eletrônico.....	359
18.7. Desafios pela adoção do processo eletrônico.....	361
18.8. Peculiaridades do marco legal.....	361
18.9. Considerações finais.....	363
<b>19. Perícia Computacional.....</b>	<b>365</b>
19.1. Introdução.....	365
19.2. Perícia forense.....	367
19.2.1. Perícia forense computacional.....	367
19.2.2. Metodologia forense computacional para obtenção de evidências... 19.2.2.1. Obtenção e coleta de dados.....	370
19.2.2.2. Identificação de indícios.....	373
19.2.2.3. Preservação das provas.....	374
19.2.2.4. Análise pericial.....	375

19.3. Laudo pericial.....	377
19.4. Fontes de informação da perícia forense digital.....	378
19.4.1. Sistemas de arquivos e diretórios de configurações e de usuários.....	378
19.4.2. Arquivos de <i>logs</i> .....	379
19.4.3. Espaços não utilizados.....	379
19.4.4. Arquivos temporários .....	379
19.4.5. Setor de <i>swap</i> .....	379
19.4.6. Memória principal do sistema.....	380
19.4.7. Periféricos.....	380
<b>Referências .....</b>	<b>381</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo .....</b>	<b>403</b>